

RESUMO SIMPLES ESTRUTURADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM
SAÚDE – METODOLOGIAS INOVADORAS, ENSINO INTERPROFISSIONAL,
EXTENSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**TRIAGEM NEONATAL NO BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS TESTES DA
ORELHINHA E DA LINGUINHA**

João Vitor De Oliveira Bezerra (joaovitorb2314@gmail.com)

Márcia Rejane Freire De Oliveira (marciafreoli@gmail.com)

Tayronne De Almeida Rodrigues (tayronnealmeid@gmail.com)

João Leandro Neto (joaoleandro@gmail.com)

Maria Georgia Alencar Callou De Figueiredo (gecallou@gmail.com)

Introdução: A triagem neonatal é uma estratégia consolidada de prevenção e promoção da saúde infantil, com foco na identificação precoce de condições que possam comprometer o desenvolvimento global da criança. Entre os procedimentos garantidos por lei estão o Teste da Orelhinha (emissão otoacústica), regulamentado pela Lei nº 12.303/2010, e o Teste da Linguinha (avaliação do frênulo lingual), instituído pela Lei nº 13.002/2014. Ambos possuem relevância clínica na detecção de alterações auditivas e orais que interferem diretamente na linguagem, na comunicação e na alimentação do recém-nascido. Ainda assim, a execução plena dessas políticas públicas enfrenta obstáculos operacionais, estruturais e formativos em diferentes contextos do território brasileiro. Objetivo: Analisar a efetividade da implementação das políticas públicas voltadas ao Teste da Orelhinha e ao Teste da Linguinha em unidades neonatais, com foco nas dificuldades e nos

avanços observados na sua aplicação. Metodologia: A pesquisa possui caráter descritivo e qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e relatórios institucionais de saúde pública, localizados nas bases SciELO e Ministério da Saúde, publicados entre 2010 e 2023. Resultados: A análise das produções apontou que, embora a obrigatoriedade dos testes tenha ampliado o acesso à triagem neonatal, permanecem desigualdades regionais expressivas. Estados com políticas de formação continuada e fluxos intersetoriais consolidados demonstram maior cobertura e detecção precoce de alterações. Por outro lado, áreas com menor estrutura e investimento público registram lacunas na realização, ausência de registros sistemáticos e déficit de profissionais habilitados. Conclusão: A consolidação das políticas públicas de triagem neonatal demanda integração entre gestores, fonoaudiólogos e demais profissionais, além de investimento permanente em qualificação, conscientização e monitoramento, assegurando qualidade e equidade no atendimento.

Palavras-chave: saúde infantil; fonoaudiólogos; políticas públicas; conscientização.